

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. FLORENTINO NETO)

Requer nos termos do art. 164, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 209, de 2024, em razão de perda de objeto.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 164, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 209, de 2024, que “altera a legislação que dispõe sobre a tributação das apostas, aumentando o percentual de tributação sobre essas atividades, tornando-o equivalente ao aplicado sobre cigarros, e destina parte dos recursos arrecadados para campanhas de combate ao vício em jogos”, em razão de perda superveniente de objeto.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar nº 209, de 2024, de autoria do Deputado Dr. Fernando Máximo (União/RO), tem por objetivo alterar a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para:

- elevar a tributação incidente sobre apostas realizadas em território nacional, equiparando-a àquela aplicada sobre os produtos de tabaco; e
- destinar parte da arrecadação gerada a campanhas de conscientização e prevenção ao vício em jogos.

Sucede, porém, que foi recentemente sancionada a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, a qual institui o Imposto sobre



Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), promovendo ampla reformulação do regime tributário sobre o consumo.

No que toca às apostas e concursos de prognósticos, a referida Lei Complementar:

- Disciplinou de forma exaustiva e autônoma o regime de incidência do IBS, da CBS e do IS sobre todas as modalidades de concursos de prognósticos, inclusive os realizados por meio virtual (arts. 244 a 250);
- Estabeleceu base de cálculo própria (art. 245), alíquotas uniformes (art. 246), e vedação ao creditamento pelos apostadores (art. 247);
- Regulamentou ainda a tributação de apostas internacionais (art. 249) e a imunidade nas exportações desses serviços (art. 250);
- E, em especial, incluiu os concursos de prognósticos e fantasy sport no rol de incidência do Imposto Seletivo (art. 409, § 1º, VII), de modo a aplicar-lhes tratamento tributário análogo ao dos produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente — precisamente como propõe o PLP nº 209/2024.

Além disso, no novo sistema constitucional inaugurado pela Emenda Constitucional nº 132/2023, a tributação sobre o consumo passou a se concentrar nas novas espécies tributárias criadas pela LC nº 214/2025, tornando obsoleta a estratégia de alterar a Lei nº 13.756/2018 para disciplinar o aspecto tributário das apostas, cuja incidência passou a ser regida diretamente por norma complementar superveniente.

Dessa forma, verifica-se que o objeto do PLP nº 209/2024 foi inteiramente absorvido pela legislação posterior, tanto no que se refere ao aumento da carga tributária incidente sobre apostas quanto ao seu



enquadramento como atividade sujeita ao Imposto Seletivo, em moldes uniformes e abrangentes.

Nos termos do art. 164, II, do Regimento Interno, considera-se prejudicada a proposição cujo conteúdo tenha sido integralmente contemplado por outra aprovada. É justamente o caso.

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste requerimento, com a consequente declaração de prejudicialidade e arquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 209, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado FLORENTINO NETO

2025-10955

